

Idosismo: interseccionalidades de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia

Agingism: intersectionalities of class, gender/sexuality and race/ethnicity

Glenia Rouse Costa* 

Solange Maria Teixeira** 

RESUMO

A literatura sobre envelhecimento não apresenta uma visão uniformizante sobre a imagem social da velhice. Nas sociedades modernas, com o advento do modo de produção capitalista, a pessoa idosa tem uma imagem social conectada ao não produtivo e obsoleto, provocando desvalorização, preconceitos e estereótipos, como o idosismo. O objetivo deste artigo é problematizar esses universalismos. Assim, a partir dos imbricamentos de classe social, gênero/sexualidade e raça/etnia apontar as maiores incidências de desigualdades do idosismo, ou seja, verificar se os cruzamentos desses demarcadores podem intensificar os preconceitos já existentes no seio social. Este estudo se originou de uma pesquisa teórica, de base bibliográfica, com metodologia qualitativa e escolha intencional da literatura para atender ao objetivo levantado. Conclui-se que a luta de classes, cor da pele, etnia, sexualidade e idade têm implicações no modo de vivenciar e sofrer o idosismo, inclusive, intensificando processos de exclusão, opressão e desigualdades sociais.

Palavras-chave: Envelhecimento; Idosismo; Demarcadores Sociais; Desigualdades Sociais.

ABSTRACT

The literature on aging does not present a uniform view of the social image of old age. In modern societies, with the advent of the capitalist mode of production, the elderly person has a social image connected to the non-productive and obsolete, causing devaluation, prejudice, and stereotypes, such as old age. The purpose of this article is to problematize these universalisms. Thus, from the intertwining of social class, gender/sexuality and race/ethnicity, point out the highest incidences of inequalities in the elderly, that is, verify whether the crossing of these demarcators can intensify the prejudices that already exist within society. This study originated from a theoretical research, based on literature, with a qualitative methodology and intentional choice of literature to meet the raised objective. It is concluded that class struggle, skin color, ethnicity, sexuality and age have implications on the way of experiencing and suffering from old age, including intensifying processes of exclusion, oppression and social inequalities.

Keywords: Aging; Ageism; Social Demarcations; Social differences.

TEMA LIVRE

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89049>

*Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI – Brasil. E-mail: rouseglenia@gmail.com.

**Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI – Brasil. E-mail: solangenteixeira@hotmail.com.

Como citar: COSTA, G. R.; TEIXEIRA, S. M. Idosismo: interseccionalidades de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 173-188, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89049>.

Recebido em 14 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 15 de novembro de 2023.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Em 2020, Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou um plano de ação para construir a “Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030”. De acordo com a ONU, esse movimento, teria como finalidade encorajar ações internacionais e a união entre sociedade civil, governos e setores privados para melhorar a vida das pessoas idosas. Outras instituições parceiras, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana (OPAS) estão envolvidas com objetivo de trabalhar em conjunto para desenvolver conhecimentos e ações que possam responder às demandas das pessoas idosas, tendo em vista, a admissão por partes dessas instituições de que a sociedade não estaria preparada para necessidades e direitos do envelhecer.

Por outro lado, o ano de 2020, marcou a história como sendo um período de emergência do vírus do COVID-19. Em consequência desse cenário a OMS declarou em março que a doença causada pela COVID-19 se trata de uma situação de pandemia, com isso a OMS informou que estava-se vivenciando um alerta de saúde pública internacional. Diante de tal realidade a pessoa idosa passou a sofrer não apenas com os isolamentos sociais, quarentenas, toques de recolher, uso obrigatório de máscara, mas com os preconceitos e discriminações. Esses foram intensificados e percebidos na priorização do tratamento de pessoas mais jovens do que pessoas idosas (OMS, 2020).

Dois anos depois a OMS e a OPAS (2022, p. 9) elaboraram o Relatório Mundial sobre Idadismo. Esse relatório materializa as preocupações dessas organizações internacionais acerca de narrativas e ações que prejudicam, excluem e oprimem o indivíduo em decorrência da idade, que teve, principalmente, a pessoa idosa em tempos pandêmicos. Assim, esse relatório tem como finalidade “mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos com relação à idade e ao envelhecimento” (OMS/OPAS, 2022, p. 21). E ainda esclarece que tais atitudes negativas sobre a idade são construídas na primeira infância e internalizadas ao longo da vida e, conseqüentemente, limitam, marginalizam e impõem barreiras de convivência em comunidade e no acesso às políticas públicas.

O documento ressalta que “quando há uma intersecção com outras formas de discriminação, a discriminação por idade pode ser particularmente prejudicial para mulheres idosas e para pessoas idosas com deficiência” (OMS/OPAS, 2022, p. 9), ou seja, o cruzamento desses demarcadores sociais pode ocasionar a intensificação das discriminações. Essa tese, entretanto, não é desenvolvida ao longo do documento, que aponta uma tendência uniformizante de tratar o idosismo.

Acreditando nessa tese e buscando fundamentá-la, parte-se, neste artigo, do seguinte questionamento: quais os possíveis impactos da interseccionalidade ou dos imbricamentos de demarcadores sociais como classe, gênero/sexualidade, raça/etnia nas discriminações das pessoas idosas? Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo foi analisar

as incidências do idosismo conforme os demarcadores sociais de classe social, gênero/sexualidade, raça/etnia.

Do ponto de vista do percurso metodológico, trata-se de uma pesquisa teórica, do tipo bibliográfica e qualitativa, uma vez que a revisão de literatura foi do tipo intencional, selecionando o que pode apontar respostas ao problema levantado. Este estudo soma-se ao campo da Gerontologia Social Crítica que, com base em Vieira e Teixeira (2020, p. 263), tem como foco “os aspectos do envelhecimento humano fundamentado em análises deste como um processo biopsicossocial dinâmico, dialético e articulado”. Deste modo, considera-se que os condicionantes macrossociais (econômicos, políticos, sociais e culturais) determinam as diferenças entre as populações idosas.

Esse campo científico tem filiação ao materialismo histórico-dialético, porque esse método de análise da realidade permite uma compreensão da relação entre totalidade, particularidade e singularidade, que possibilita superar a imediaticidade da realidade.

Para desenvolver os argumentos, o artigo foi dividido em três seções, a saber: a primeira, problematiza os conceitos utilizados para denominar os preconceitos e discriminações contra a pessoa idosa em decorrência da idade e justifica o porquê da escolha teórica do termo idosismo; a segunda, discute a intensificação do idosismo a partir dos demarcadores sociais, evocando autores e dados que contribuem para esta discussão; e a terceira, demonstra as formas de idosismo nos índices de mortalidade e adoecimento por covid-19.

Discriminação, preconceito e rejeição: o porquê da escolha do termo idosismo

Em 2022, a OPAS lançou o Relatório Mundial sobre o Idadismo. Esse documento apresenta as diversas formas de preconceito, rejeição e discriminação contra pessoas com idade avançada, por isso a denominação de idadismo: “O idadismo se refere a estereótipos (como pensamos), preconceitos (como nos sentimos) e discriminação (como agimos) direcionadas às pessoas com base na idade que têm” (OMS/OPAS, 2022, p. 21). O relatório admite ainda que o idadismo ocorre em espaços institucionais, leis e até em políticas que são desenvolvidas.

Na concepção apresentada no relatório, o idadismo se cruza e, às vezes, soma-se a outras formas preconceituosas de discriminação já conhecidas na sociedade, como o racismo, o capacitismo e o sexismo. Embora a OPAS adote a nomenclatura de idadismo, no referido relatório existem outras denominações no âmbito acadêmico que têm problematizado essa discussão, por isso se faz necessário refletir sobre cada uma. Em 1969, o gerontologista norte-americano Robert Neil Butler elaborou o conceito de *Ageism*, que é um termo em inglês para conceituar ações discriminatórias e preconceituosas em virtude da

idade avançada. Cabe salientar que será considerada de idade avançada a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, em conformidade com o Estatuto da Pessoa Idosa (2022).

O material “Quem nunca? Um guia sobre velhice e direitos da pessoa idosa”, elaborado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública do Distrito Federal, em 2022, discorreu também sobre a origem do termo *Ageísmo* e acrescentou a expressão “etarismo” como sendo outra nomenclatura capaz de abarcar a problematização sobre discriminação pela idade avançada. Com base no relatório, diferentemente de outras formas de discriminação, como o sexismo e o racismo, o etarismo não tem tanta discussão e visibilidade, por isso passa a ser comum e, muitas vezes, ocorre de forma silenciosa nas instituições.

É possível verificar, na literatura que tem discutido essa temática, outros termos complementares que têm o mesmo significado, como “idosismo” e “velhismo”. Na concepção de Agich (2008), o idosismo envolve um processo de discriminação apenas pelo fato de serem idosos, assim como ocorre com o sexismo e o racismo. Acredita-se que o termo idosismo, que advém de idoso/idoso, seja o que possa proporcionar mais visibilidade e representatividade em relação ao preconceito à idade avançada, já que etarismo e idadismo envolvem outras idades.

O relatório da OMS/OPAS (2022, p.17) define o idadismo como uma forma de preconceito, discriminação e estereótipos direcionada às pessoas com base na idade. Nesse aspecto, o termo e conceituação estão em conformidade. No entanto, percebe-se que esse termo pode contemplar discriminações que ocorrem em todas as faixas etárias da vida humana. Segundo a OMS/OPAS (2022, p.17), o “idadismo surge quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de maneira a causar prejuízos, desvantagens e injustiças, e para arruinar a solidariedade entre as gerações”. Diante dessa afirmação, é possível também compreender a abertura para reconhecer que outras faixas etárias/idades da vida humana podem, em algum momento, vivenciar situações que se enquadram na concepção de idadismo, pois são prejudicadas, discriminadas ou sofrem com algum estigma pelo simples fato da idade que tem.

Um exemplo desse problema ocorre com relação às pessoas consideradas jovens, que estão recém-formadas. São recorrentes as inúmeras situações de preconceito enfrentadas quando os jovens buscam uma vaga no mercado de trabalho, pois eles se deparam com pessoas que os julgam apenas pela idade. Uma reportagem da BBC News Brasil, escrita por Gorvett (2021) que tem como título “Como a aparência jovem pode afetar sua carreira”, relata que nos escritórios é comum as pessoas serem afetadas, de maneira negativa, pelo fato de terem uma aparência jovem, o que poderia interferir na forma como sua competência é vista.

Com isso, os jovens sofrem com a construção de imagens que associa faixa etária “nova” e “sem experiência” como negativo ou sem ausência de habilidades e competência para determinada função. Reforça-se que o fator idade não deve determinar nem “qualidades” e nem “defeitos”, e quando essas situações ocorrem, trata-se de processos de discriminação que resultam em idadismo, ou seja, o fator idade é o determinante para qualificar, incluir ou excluir.

Ressalta-se que pessoas em outras fases, como a infância e a adolescência, também podem enfrentar preconceitos que destituem sua condição de sujeito de direitos e poder de decisão, com isso, ocasionando situações de idadismo. Porém, é na velhice que discriminações e julgamentos tomam formas mais perversas, que podem culminar em violências e violações de direitos incidindo sobre o bem-estar de pessoas idosas. O preconceito contra a pessoa idosa nega um dos maiores ganhos da humanidade, que é celebrar o aumento da expectativa da vida.

A opção teórica pelo termo idosismo ocorre porque ele dá mais representatividade e visibilidade à intensificação das discriminações sofridas pela pessoa idosa. Para a OMS/OPAS (2020, p. 56), uma das áreas de ação da Década do Envelhecimento Saudável seria “[...] mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos com relação à idade ao envelhecimento”. As discussões nessa área reconhecem que todas as faixas etárias sofrem com discriminações, mas nas pessoas idosas elas têm consequências específicas sobre a saúde e o bem-estar.

A Fundação Perseu Abramo e o Serviço Social do Comércio (SESC) São Paulo (2020, p. 12) divulgaram o resultado de uma pesquisa que afirma que a “[...] percepção da população idosa de como os mais jovens os enxergam é majoritariamente negativa (75%) [...]”. Segundo a pesquisa, a imagem da pessoa idosa em pontos negativos e positivos seriam:

[...] entre as principais citações espontâneas estão referências à “incapacidade” com um total de 40% das menções (‘Não servem para nada’ com 23%, e os veem ‘como um incômodo’ 17%), referências ao ‘desprezo’ 27%, ‘desrespeito’ 26% aparecem em seguida. As referências positivas somam 19%, nesse caso os mais jovens dizem ter ‘sentimento de respeito’ (8%); consideram que os idosos ‘tem mais experiência’ (8%), ou merecem ‘atenção e cuidado’ (8%).

A pesquisa supracitada confirma que as discussões e o aprofundamento sobre o idosismo são necessários e urgentes. Dessa forma, seria o idosismo uma discriminação/preconceito e estereótipo dirigido a todas as pessoas idosas apenas pelo critério da idade avançada? Sua incidência é universal ou também está diretamente relacionada a outras formas estruturais de explorações, opressões e dominações?

As manifestações do idosismo e a interseccionalidade das discriminações: discussões a partir dos demarcadores sociais de classe social, raça/etnia, gênero/sexualidade

O envelhecimento humano é um processo biopsicossocial, faz parte do ciclo natural da vida, mas é condicionado por múltiplos fatores, como os socioeconômicos e os socio-culturais, que se imbricam com as dimensões biológicas e promovem efeitos psicossociais diversos, dando origem a diferentes formas de viver e experimentar a velhice, que também seria plural. De acordo com Teixeira (2008), reconhecer a pluralidade na vivência do envelhecimento é condição *sine qua non* para desvelar as manifestações diversas de discriminações e preconceitos que ocorrem nos cruzamentos de demarcadores sociais que estruturam a vida em sociedade.

Um desses marcadores é a condição de classe que é dada pelo lugar que o indivíduo ocupa nas estruturas produtivas, promovendo um abismo entre as formas de envelhecer da classe trabalhadora e da classe dominante, que sempre foi longeva. Em uma sociedade, conduzida pelo capital financeiro, que estrutura suas bases na superexploração do trabalho para alcançar o objetivo da lucratividade, o que resta à classe trabalhadora para sua subsistência é a venda da força de trabalho, mesmo que em condições precarizadas.

Para o capital, a força de trabalho é uma mercadoria que só tem valor de uso no vigor de suas forças físicas. É nesse cenário de valorização da alta performance que se gesta a glorificação da juventude (uma pseudovalorização) para o desenvolvimento das atividades laborais, sendo que o/a trabalhador/a envelhecido/a não teria utilidade ao capital e estaria em posição de descartabilidade social, sendo denominado de improdutivo, estorvo para a família e a sociedade e custo social para o Estado, conforme destacado por Teixeira (2008).

A descartabilidade social, provocada pelos padrões capitalistas, tem consequências severas na imagem e nas relações sociais para a população idosa da classe trabalhadora. Esses sujeitos, considerados improdutivos e alijados do processo de produção social, são desvalorizados, inativos, excluídos e isolados da sociedade. Lopes e Deus (2007) lembram os termos pejorativos atribuídos à pessoa idosa, como: surdo, lerdo, gagá e bruxa, corroborando para a instalação de uma sociedade preconceituosa ancorada no idosismo.

O relatório da OMS/OPAS (2022, p.5) reconhece pontos que apresentam estereótipos negativos no trabalho, como: incompetentes ou improdutivos, desmotivados e resistentes a mudanças, difíceis de treinar, incapazes de aprender, inflexíveis e tecnologicamente incompetentes. Todavia, essas discriminações recaem de forma diferenciada sobre a população idosa, especialmente sobre aqueles da classe trabalhadora, nas frações dessa classe que são mais pauperizadas, com uma trajetória de exclusões do mercado

formal de trabalho (força de trabalho excedente), da proteção social, dos bens e serviços criados socialmente.

Com isso, o idosismo não atinge a população idosa da mesma forma. Na classe dominante e suas frações de classe, como destaca Teixeira (2023), ninguém é velho demais para continuar nos processos de decisões de empresas, de participação na política, na vida artística, intelectual/criativa, de formar novas famílias com os casamentos, dentre outras ações.

O relatório da OMS/OPAS (2022, p. 5) também faz menção à identificação de estereótipos generalizantes encontrados na mídia, como: pouco atraentes, infelizes, inativos, dependentes e insalubres, pobres e vulneráveis e até diabólicos. Sabe-se que a mídia se configura como um mecanismo capaz de formar opinião e incutir comportamentos, atitudes, ideias e informações acerca de determinado assunto, mesmo que de forma silenciosa e não perceptível em um primeiro momento. As notícias com termos, imagens, opiniões negativas sobre o envelhecer contribuem, significativamente, para a consolidação do idosismo.

A classe trabalhadora envelhecida tem sido impactada com processos particulares de exclusão. Uma parcela dessa classe social sobrevive de aposentadorias e dependente, muitas vezes, exclusivamente, dos serviços públicos oferecidos pelo Estado, como saúde, educação, assistência social etc. O documento denominado “Análise situacional: Panorama da resposta do sistema de saúde às necessidades das pessoas idosas” pela OMS/OPAS (2023), com o objetivo de compreender o panorama das respostas do sistema de saúde brasileiro às necessidades das pessoas idosas, indica que a Estratégia de Saúde da Família não tem conseguido atender às pessoas idosas que necessitam de atenção de saúde. Com base na pesquisa, 73% das famílias brasileiras estão cobertas pelos serviços de saúde, mas quando se trata da pessoa idosa, esse número cai para apenas 56,3%. O documento expõe que 50% das pessoas idosas vivem abaixo da linha de pobreza e ainda têm dificuldades de acessar médicos e medicamentos.

O Estatuto da Pessoa Idosa (2022) também apresenta artigos que penalizam pessoas que venham a discriminar, menosprezar, desdenhar ou humilhar essa população, sendo configurado como crime, com penas que podem variar de seis meses a um ano e até multa, podendo ser agravado, inclusive, se a vítima estiver sob a reponsabilidade dos agentes. A lei existe e é um mecanismo que precisa ser fortalecido, divulgado e aplicado mediante a localização dessas formas de idosismo, especialmente nos serviços público e privado.

Uma das expressões muito usadas para o idosismo é a infantilização da pessoa idosa, ou seja, tratar esse sujeito como alguém sem autonomia, sem poder de escolha, sem discernimento, opinião, além da utilização de uma linguagem no diminutivo (comidinha, banhinho, caminha etc.) em diálogos, tratando a pessoa idosa como uma criança.

Com isso, infantiliza a pessoa idosa, trazendo como consequência a construção da imagem estigmatizada e com ausência de capacidade cognitiva de decisão. Essa infantilização provoca uma baixa autoestima, sofrimento, sensação de incapacidade, desrespeito, regressão do seu papel social, inutilidade, o que afeta diretamente o seu bem-estar físico, mental e social. Evidentemente, é preciso reconhecer que, em alguns casos, esse tipo de tratamento é encarado pelas pessoas como atitudes de carinho e cuidado, todavia, é necessário refletir sobre os limites do carinho e cuidado e a diminuição da capacidade de autonomia e independência.

Além dos marcadores de classe que promovem heterogeneidades nas formas de viver o envelhecimento e a velhice, estudos de autoras feministas negras introduzem o conceito de interseccionalidade para discutir o cruzamento de opressões, situações de desigualdades agudizadas em que se somam desigualdades sociais, raciais e de gênero. Há nesse debate uma negação dos universalismos, a luta pelo reconhecimento das diferenças e pelo fim das assimetrias, hierarquias e privilégios.

Como destaca Biroli (2018, p. 23 - grifos nossos), “*a divisão sexual do trabalho é um locus importante da produção do gênero*. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe”. Para a autora, o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social nem é acessório relativamente a essas variáveis. Assim, o sexismo ou cisheteropatriarcalismo e racismo são formas de classificar, hierarquizar, inferiorizar pessoas pela cor da pele, fenótipos negros, pelo sexo, sexualidade, mas que não incide sobre todos de forma universal.

O idosismo também tem rebatimentos particulares quando é analisado, além do determinante de classe, considerando-se as relações de gênero e raça. Ele incide de forma ainda mais cruel sobre as mulheres negras idosas, tais como: frases preconceituosas, inibição sexual feminina, na inserção no mercado de trabalho, nos padrões de beleza, nos formatos familiares, que são vivenciadas em diversos espaços: família, comunidade, instituições, mídia etc.

No que tange à inibição sexual, ocorre a construção de estereótipos que provocam a falácia do desligamento do envelhecer e a sexualidade. Um estudo realizado pelo Grupo de Informação em Saúde e Envelhecimento da Fiocruz (GISE/FIOCRUZ), em 2020, evidencia que as equipes de saúde têm deixado de lado a saúde sexual das pessoas idosas, o que traz como consequência que os diagnósticos de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV) são descobertos por acaso, uma vez que subestima-se a prática sexual no envelhecimento. Esses apontamentos reforçam como as expressões do idosismo têm se manifestado e afetado de forma significativa a saúde da pessoa idosa (Fiocruz, 2020a).

Em relação às frases ditas para mulheres idosas pobres, essas são abusivas, silenciosas e discretas, mas que impõem formas de diminuição, barreiras, perdas de pertencimento e de submissão. As mulheres da classe trabalhadora, de periferias, pobres, negras ou pardas vivenciam essa discriminação, a exemplo do se destaca do Glossário Coletivo de Enfretamento ao Idadismo – Termos, expressões e depoimentos que denotam preconceito contra mulheres idosas, elaborado pela Longevida Consultoria na área de Envelhecimento (2021).

Esse material expõe frases que estão no cotidiano da vida social e, muitas vezes, passam despercebidas em formas de “brincadeiras”, “conselhos” ou julgamentos. As narrativas preconceituosas são diversas como: “é vergonhoso, você com essa idade estar com um rapaz que poderia ser seu filho”, “mulher velha que se casa com homem mais jovem é para demonstrar que ainda tem vida sexual”, “uma velha querendo ser nova, nem se enxerga.”

Para Debert (2012, p. 33), “as mulheres na velhice experimentariam uma situação de dupla vulnerabilidade com o peso somado de dois tipos de discriminação enquanto mulher e enquanto idosa”. Mas que se imbricam com outros, como a raça/etnia e com a situação de classe. O envelhecer feminino é marcado pela construção social de um corpo envelhecido como sendo “feio” e fora dos “padrões”, com estigmas de declínio, fraco e assexuado.

A sexualidade da mulher idosa trabalhadora é permeada por proibições, controles, repressão, vergonha, preconceitos e falta de liberdade. Para essas mulheres, a sexualidade é ainda mais discriminada, oprimida e negada em relação a mulheres jovens, principalmente porque a sexualidade esteve, ao longo do da história, associada à reprodução humana, isto é, à maternidade, especialmente para as mulheres brancas. As mulheres negras não se encaixavam nessa construção social da feminilidade por serem abusadas, terem seus filhos vendidos como escravizados, trabalharem o tempo todo, mesmo quando estavam na condição de puérpera. Como destaca Akotirene (2020, p. 27), “velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo”, pela superexploração.

Para Akotirene (2020, p. 26), “é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas a seguridade social, pois estas tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas” Assim, embora o ageísmo atinja as mulheres mais que os homens, “iniquidades e gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas, gênero inscreve o corpo racializado” (Akotirene, 2020, p. 28) e classista.

Logo, pensar a interseccionalidade para essa discussão permite refletir sobre o cruzamento dessas categorias estruturadoras da vida em sociedades de classes, com um alargamento crítico, que ultrapassa a superficialidade da aparência da sociedade capitalista, patriarcal, racista, que funciona como um sistema opressor e desqualificador do sujeito.

Para Collins e Bilge (2021, p. 91), “a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana”.

Ainda para as autoras, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica capaz de considerar “[...] que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins; Bilge, 2021, p. 91). Na discussão sobre o idosismo, a interseccionalidade é necessária para perceber o cruzamento dessas categorias nas velhices.

Com base em Silva (2021), ao citar a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAB), a população idosa preta está próxima de ser a maioria na faixa acima de 60 anos, mas não a que tem maior expectativa de vida, porque as discriminações afetam o acesso às políticas sociais. Os dados do relatório das desigualdades raciais apontam que a expectativa de vida entre os negros é de 67,6 anos; de pardos, 68 anos; de brancos, 74 anos (Paixão *et al.*, 2011).

Isso porque a população idosa negra é impactada pelo racismo, sexismo e o idosismo, o que dificulta as condições de vida, de saúde e intensifica as vulnerabilidades sociais. Os autores supracitados destacam que, com a pandemia da covid-19, o grupo de pessoas idosas negras: domésticas, cuidadoras informais, privadas de liberdade, quilombolas, institucionalizadas, residentes de periferia, não tiveram o mesmo direito de respirar nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e leitos hospitalares, tendo maior mortalidade e agravamentos.

Os estudos da pesquisa ConVid-Pesquisa de Comportamento, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (2020b), afirmam que a desigualdade racial está presente no acesso de idosos aos cuidados, evidenciando o cruzamento. O resultado aponta que antes do período pandêmico, 8% dos domicílios brasileiros tinham ao menos um idoso ou idosa com limitações para realização de atividades básicas diárias e precisavam de alguém para auxiliar. Os 40% dos idosos/idosas que se declaram brancas tinham auxílio no cuidado com um profissional; já com idosos pardos, esse percentual diminuiu para 17,5%, e apenas 10% para idosos pretos (Fiocruz, 2020b, n.p).

Adoecimento e mortalidade por covid-19: a visibilidade dos imbricamentos e do idosismo

Negri *et al.* (2022), em uma revisão de literatura sobre mortalidade e adoecimento por covid-19, cita diversos trabalhos com dados agregados por sexo e raça/cor. A maioria aponta que pessoas idosas, populações negras e indígenas foram as mais afetadas pela morte por essa doença no Brasil. Batista *et al.* (2020) relacionaram os casos confirmados

e os óbitos pela covid-19 para o país, a partir dos dados das notificações de síndrome respiratória aguda grave (SRAG), com idade, raça/cor, escolaridade e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Os autores apontaram que as taxas de letalidade estão diretamente relacionadas às condições de vida, de trabalho, de moradia e de saúde desses grupos no país, por isso elas crescem nos grupos de mais idade, decrescem nos grupos que possuem maiores níveis educacionais e de IDHM, sendo os negros/as e indígenas mais afetados que os brancos.

Em muitos lugares, os serviços de saúde escolheram as pessoas mais jovens para ter acesso ao oxigênio, ao leito hospitalar, à UTI e para receber equipamentos de proteção. Grupos de pessoas negras têm maior prevalência de hipertensão e diabetes, e grupos indígenas têm baixa resistência imunológica às doenças das cidades, tornando-os mais vulneráveis.

As discriminações devem ser percebidas também do ponto de vista institucional, já que o Governo do Ex-presidente Jair Bolsonaro tentou, na época mais grave da crise sanitária, omitir e até desqualificar as questões de gênero, raça/etnia, classe social e de geração, não reconhecendo, com isso, as desigualdades sociais (Maia *et al*, 2020). Conforme Almeida (2019), esses demarcadores sociais são capazes de interferir e impactar nos desfechos da doença, cuidado e até no total de mortes. O autor alerta que essas informações eram fundamentais para assegurar o enfrentamento da pandemia e para o planejamento de ações como meio de combater o alto número de óbitos entre as pessoas pretas.

Em relação aos indígenas, é imprescindível reconhecer que suas comunidades têm sido historicamente atacadas, excluídas, invisibilizadas e violentadas, sobretudo no desgoverno de Jair Messias Bolsonaro, que reprimiu, negou direitos sociais, estimulou falas preconceituosas e, sobretudo, sempre se posicionou contrário à demarcação das terras indígenas. O preconceito, a rejeição e a discriminação a essas comunidades pela sociedade brasileira não são recentes. Pelo contrário, têm sido historicamente construídas e disseminadas, provocando violações dos direitos humanos, perseguição, violência e extermínio.

Nesse cenário, a população indígena sofre pela ausência de políticas sociais, principalmente em relação ao acesso a direitos básicos, como saúde, educação e alimentação. Neri (2020, p. 1), em uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destaca que as pessoas idosas que “[...] apresentaram condições médicas delicadas anteriores ao contato com o vírus se mostraram mais propensas a desenvolver um quadro severo da doença, conseqüentemente, estando ambos sujeitos a uma maior taxa de letalidade”. Fica evidente que a pessoa idosa que tinha as condições de saúde mais frágeis foi atingida pela covid-19, o que implicou índices elevados de mortes no grupo etário e seus subgrupos e entre negros/as e indígenas.

Com base na Articulação dos Povos Indígenas (APIB), em 2020, a fragilidade da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas já existia antes da pandemia, e com a instauração da crise sanitária, a situação se agravou rapidamente, atingindo, até novembro de 2020, mais de 41 mil indígenas. A APIB informa que devido à ausência de transparência e detalhamento das informações pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), não foi possível verificar a exatidão do número de casos confirmados e de óbitos.

Assim, os imbricamentos de classe, gênero/sexualidade e raça/etnia expõem os grupos mais propensos a morrerem por uma epidemia como a covid-19 e terem seu quadro agravado pelas históricas condições de existência, de acesso aos bens e serviços públicos e privados. As desigualdades de gênero e as opressões sexistas também são diversificadas na velhice. As discriminações por sexualidade têm levado as mulheres trans compulsoriamente à prostituição, a situações de risco e à mortalidade antes da velhice. Logo, também lhes são negados direitos fundamentais, dentre eles, a longevidade, quiçá saudável, ativa e participativa.

A preocupação com essa questão resultou em uma audiência pública na Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados (2021), que debateu a necessidade de criação de políticas públicas para o envelhecer de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações de gênero (LGBTQIA+), inclusive, reconhecendo a dupla exposição à vulnerabilidade e discriminações que essa população sofre.

O Atlas da Violência de 2020, produzido pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA), admitia a escassez na produção de indicadores sociais de violência contra a população LGBTQI+. Com isso, cria-se uma barreira para a intervenção do próprio Estado, por meio de políticas públicas. O Atlas da Violência de 2019 destaca que o IBGE não inclui no material de pesquisa domiciliar qualquer questionamento sobre a orientação sexual. Isso reforça a omissão do Estado brasileiro em conhecer as demandas específicas desses sujeitos.

Os dados que se aproximam do envelhecimento LGBTQI+ estão no documento “Mortes Violentas Contra LGBTQI+ no Brasil - Dossiê 2021”. Nesse documento, é possível verificar que, dentre as faixas etárias pesquisadas, as idades de 60 a 69 anos, pessoas idosas, estão nos dados estatísticos por mortes por serem LGBTQI+. De acordo com a pesquisa, cerca de 4,11% desses sujeitos, o que corresponde a 13 pessoas, entre as idades citadas, a maioria gays, travestis ou mulher transexual. Costa e Oliveira (2022) também alertam que, nesse contexto hétero-cis-normativo, produzem-se ausências ou poucos debates teóricos sobre sujeitos LGBTQI+ velhos, o que tem provocado formas de sobreviver paralelas às políticas públicas e um vazio deixado pelo não reconhecimento das diferenças.

Considerações Finais

Embora o termo ageísmo ou idosismo seja relacionado de forma generalizante a todas as formas de discriminações, preconceitos – inclusive os interiorizados e reproduzidos – e os estereótipos feitos à pessoa idosa pelo critério da idade, que oprimem, inferiorizam, dominam e infantilizam, afetando as relações intergeracionais e os acessos aos serviços públicos e privados, ele atinge a população idosa de forma diferenciada.

De acordo com a revisão teórico-bibliográfica realizada, há classes, frações e sub-grupos da classe trabalhadora que vivenciam uma velhice com mais discriminação, que também é variável conforme gênero/sexualidade e raça/etnia. Logo, os chamados cruzamentos são as situações sociais em que essas desigualdades são exponenciadas, resultante de explorações e opressões convergentes e cruzadas. Nesse lugar social, as mulheres negras, idosas, pobres e de periferia são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento de opressões, estruturas de dominação e da exploração.

Contribuições: todos os autores trabalharam na elaboração, análise e versão final do artigo.

Agradecimentos: ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI.

Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica.

Conflito de interesses: não se aplica.

Referências

AGICH, G. *Dependência e autonomia na velhice: um modelo ético para o cuidado de longo prazo*. São Paulo: Layola; Centro Universitário São Camilo, 2008.

ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

AGÊNCIA CAMARA DE NOTÍCIAS. *Comissão promove debate sobre população idosa LGBTQIA+*. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/827001-comissao-promove-debate-sobre-populacao-idosa>. Acesso em: 09 fev. 2023.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (APIB). *Relatório de impacto da COVID-19 nos povos indígenas do Brasil*. 2020. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BATISTA, A. et al. *Análise socioeconômica da taxa de letalidade da covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Nois, 2020. (Nota Técnica, n. 11).

BRASIL, *Lei nº 14.423 de 22 de julho de 2022*. Estatuto da Pessoa Idosa. Brasília, 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal E dos Territórios. *Quem nunca? um guia sobre velhice e direitos da Pessoa Idosa*. 2022. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/imagens-2022/cartilha-quem-nunca_jun-2022.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *Boas práticas na gestão de saúde da Pessoa Idosa: políticas públicas e promoção da saúde na prática do SUS*. 2020a. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/livro_digital_-_boas_praticas_na_gestao_de_saude_da_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 03 fev. 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *ConVid - Pesquisa de Comportamentos*. 2020b. Disponível em: <https://convid.fiocruz.br/index.php?pag=principaladolescentes>. Acesso em: 02 abr. 2023.

FUNDAÇÃO PERSEU. *Idosos no Brasil II: Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade*. 2020. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/08/Pesquisa-Idosos-II-Completa-v2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

GOVERTT, Z. *Como a aparência jovem pode afetar sua carreira*. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-57088964>. Acesso em: 03 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Número de Municípios, segundo as classes de população indígena do município - Brasil - 1991/2010*. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 07 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) *Indígena: pirâmide*. 2023. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/piramide-etaria-2.html>. Acesso em: 13 fev. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da violência 2019*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da violência 2020*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 06 fev. 2023.

LOPES, D. DEUS, S I. A. Negritude e envelhecimento. In: NERI, Anita L. (Org.) *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, SESC São Paulo, 2007.

LONGEVIDA. *Glossário de enfrentamento ao idadismo*. 2021. Disponível em: https://www.longevida.org.br/glossario_idadismo.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

MAIA, G.; SHINOHARA, G.; GULLINO, D.; ALFANO, B. *Tem que deixar de ser um país de maricas', diz Bolsonaro sobre Covid-19*. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-covid-19-1-24739111>. Acesso em 04 abr. 2023.

NERI, M. *Onde estão os idosos? conhecimento contra o covid-19*. 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/32348/Sumario-Executivo-Covidage-FGV-Social-Marcelo-Neri.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 fev. 2023.

NEGRI, F. de. *at al. Aspectos socioeconômicos da covid-19: evidências dos trabalhadores formais do estado do Rio de Janeiro*. Brasília: IPEA, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE / ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OMS/OPAS). 2020. *Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus.2-1OMS*. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 04 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANÁ DA SAÚDE (OMS/OPAS). *Relatório Mundial sobre Idadismo*. OPAS/ONU, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OMS/OPAS). *Análise situacional: Panorama da resposta do sistema de saúde às necessidades das pessoas idosas*. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (ONU/OMS/OPAS). *Decade of Healthy Ageing*, 2020. Disponível em: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/decade-of-healthy-ageing/decade-proposal-final-apr2020rev-es.pdf?sfvrsn=b4b75ebc_25&download=true. Acesso em: 01 mar. 2023.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS NO BRASIL LGBTI+ NO BRASIL. *Mortes e Violências no Brasil LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021*. 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L. M. (Orgs.) *Relatório Desigualdades Raciais no Brasil (2009-2010)*. Garamond Universitária, 2011.

SILVA, A. *População idosa negra e covid-19: por que invisibilizar e negar direitos?* 2021. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2021/02/01/populacao-idosa-negra-e-covid-19-por-que-invisibilizar-e-negar-direitos/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

TEIXEIRA, S. M. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. *Envelhecimentos e Velhices na Sociabilidade do Capital: imbricamentos de classe, gênero, raça/etnia e ageísmo no acesso e garantias de direitos, 2023* (mimeo.)

VIEIRA, N. H.; TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e Velhice na perspectiva da gerontologia social crítica: aspectos conceituais e teóricos. *In: MUSTAFÁ, M. A. S. M. (Org). Serviço social e gerontologia: a proteção da pessoa idosa em tempos de pandemia*. Recife: Editora UFPE, 2020, p. 252-270.